

ÁFRICA E TRADIÇÃO ORAL:

Contribuições teórico-metodológicas para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica

AFRICA AND ORAL TRADITION:

Theoretical-methodological contributions to the teaching of African and Afro-Brazilian history and culture in basic education

ÁFRICA Y LA TRADICIÓN ORAL:

Contribuciones teórico-metodológicas para la enseñanza de la historia y la cultura africana y afrobrasileña en la educación básica

L'AFRIQUE ET LA TRADITION ORALE:

Contributions théoriques et méthodologiques à l'enseignement de l'histoire et de la culture africaines et afro-brésiliennes dans l'éducation de base

Luanda Martins Campos

Mestra em Gestão de Ensino da Educação Básica, UFMA, Professora dos Anos Iniciais SEMED/São Luís, Maranhão, Brasil

lua.lumartins@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0001-5742-3571>

Recebido em: 13/07/2022

Aceito para publicação: 15/05/2023

Resumo

Neste artigo analisamos as contribuições teórico-metodológicas da tradição oral de base africana para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica. Apresentamos concepções acerca da tradição oral de base africana; discutimos a finalidade política e pedagógica dos mitos para sociedades africanas antigas e como se relacionam com nossas demandas teórico-metodológicas para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa tendo por procedimentos a pesquisa bibliográfica com base em estudos sobre a tradição oral, utilizando como principais fontes, Amadou Hampatê Bâ (2003; 2010), Joseph Ki-Zerbo (2010), Nwankwo Martins (2012), além de fontes relacionadas ao ensino de africanidades no Brasil, tais como Petronilha Silva, Nilma Gomes e Kabenguele Munanga. Consideramos que ensinar história e cultura africana tem a ver com a busca pela ancestralidade silenciada pelo racismo, assim como entendemos que ensinar história e cultura afro-brasileira é valorizar a herança ancestral mantendo firme a resistência e a busca pela emancipação humana.

Palavras-chave: Tradição Oral, Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, Educação Básica

Abstract

In this article we analyze the theoretical-methodological contributions of the African-based oral tradition to the teaching of African and Afro-Brazilian history and culture in Basic Education. We present conceptions about the African-based oral tradition; we discuss the political and pedagogical purpose of myths for ancient African societies and how they relate to our theoretical-methodological demands for the teaching of African and Afro-Brazilian history and culture in basic education. This is a qualitative research using bibliographic research procedures based on studies on oral tradition, using as main sources Amadou Hampatê Bâ (2003; 2010), Joseph Ki-Zerbo (2010), Nwankwo Martins (2012), in addition to sources related to the teaching of Africanities in Brazil, such as Petronilha Silva, Nilma Gomes and Kabenguele Munanga. We believe that teaching African history and culture has to do with the search for ancestry silenced by racism, just as we understand that teaching Afro-Brazilian history and culture is to value ancestral heritage while maintaining firm resistance and the search for human emancipation.

Keywords: Oral: Tradition, Teaching African and Afro-Brazilian History and Culture, Basic Education

Resumen

En este artículo analizamos las contribuciones teórico-metodológicas de la tradición oral de base africana para la enseñanza de la historia y la cultura africana y afrobrasileña en la Educación Básica. Presentamos concepciones sobre la tradición oral de base africana; discutimos el propósito político y pedagógico de los mitos para las sociedades africanas antiguas y cómo se relacionan con nuestras demandas teórico-metodológicas para la enseñanza de la historia y la cultura africana y afrobrasileña en la educación básica. Se trata de una investigación cualitativa que utiliza procedimientos de investigación bibliográfica basados en estudios sobre la tradición oral, utilizando como fuentes principales Amadou Hampatê Bâ (2003; 2010), Joseph Ki-Zerbo (2010), Nwankwo Martins (2012), además de fuentes relacionadas con la enseñanza de las africanidades en Brasil, como Petronilha Silva, Nilma Gomes y Kabenguele Munanga. Creemos que la enseñanza de la historia y la cultura africana tiene que ver con la búsqueda de la ascendencia silenciada por el racismo, así como entendemos que enseñar la historia y la cultura afrobrasileña es valorar la herencia ancestral manteniendo la resistencia firme y la búsqueda de la emancipación humana.

Palabras clave: Tradición Oral, Enseñanza de la Historia y Cultura Africana y Afrobrasileña, Educación Básica

Résumé

Dans cet article, nous analysons les contributions théoriques et méthodologiques de la tradition orale africaine à l'enseignement de l'histoire et de la culture africaines et afro-brésiliennes dans l'éducation de base. Nous présentons des conceptions sur la tradition orale d'origine africaine ; nous discutons de la finalité politique et pédagogique des mythes pour les sociétés africaines anciennes et de leur lien avec nos exigences théoriques et méthodologiques pour l'enseignement de l'histoire et de la culture africaines et afro-brésiliennes dans l'éducation de base. Il s'agit d'une recherche qualitative utilisant des procédures de recherche bibliographiques basées sur des études sur la tradition orale, utilisant comme sources principales Amadou Hampatê Bâ (2003 ; 2010), Joseph Ki-Zerbo (2010), Nwankwo Martins (2012), en plus des sources liées à la l'enseignement des africanités au Brésil, comme Petronilha Silva, Nilma Gomes et Kabenguele Munanga. Nous croyons que l'enseignement de l'histoire et de la culture africaines a à voir avec la recherche de l'ascendance réduite au silence par le racisme, tout comme nous comprenons qu'enseigner l'histoire et la culture afro-brésiliennes, c'est valoriser l'héritage ancestral tout en maintenant une résistance ferme et la recherche de l'émancipation humaine.

Mots clés: Tradition orale, Enseignement de l'histoire et de la culture africaine et afro-brésilienne, Éducation de base

Introdução

Do tempo/espço aprendi desde criança a colher palavras. A nossa casa vazia de móveis, de coisas e muitas vezes de alimento e agasalhos, era habitada por palavras. Mamãe contava, minha tia contava, meu tio velhinho contava, os vizinhos amigos contavam. Eu, menina repetia, intentava. Cresci possuída pela oralidade, pela palavra. As bonecas de pano e de capim que minha mãe criava para as filhas nasciam com nome história. Tudo era narrado, tudo era motivo de prosa-poesia (EVARISTO, 2020, p. 219).

Iniciamos com o relato autobiográfico de Conceição Evaristo em seu artigo “Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face” registrado no livro “Mulheres no Mundo: etnia, marginalidade e diáspora”. Fizemos isso na intenção de receber e pedir licença para escrever sobre aquilo que mantém nossa negritude viva na diáspora. A resistência das nossas histórias ancestrais possui um barco que nos leva do passado para o presente e também para o futuro.

É a tradição oral que compreendemos para além da verbalização da palavra. Ouvir as palavras das pessoas com mais experiência e com mais fatos vividos, é crucial para a construção de nosso entendimento enquanto ser histórico. E, ser uma mulher negra, professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nordestina, que tem sua vivência atrelada à luta antirracista, mergulhada nos afetos e palavras dos mais velhos ao redor, nos coloca enquanto agentes da história a ser escrita e posta em debate em perspectiva histórico-cultural. Trazemos de início a fala de uma das maiores escritoras negras contemporâneas do Brasil, Conceição Evaristo, que traz em seus textos, significados do que ouviu e a fez enquanto mulher negra.

Esta escrevivência de Evaristo se encontra com o que pretendemos apresentar neste artigo. Analisar as contribuições teórico-metodológicas da tradição oral africana para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica. Tal objetivo se deve, pois a história de base eurocêntrica e de perspectiva linear marginaliza memórias coletivas e destrói identidades. A falta de referenciais identitários leva o indivíduo a um processo de alienação, contudo, quando a memória coletiva é posta em destaque na história, a entendendo enquanto elemento constituído e constituinte socialmente, tem papel crucial na resistência e na continuidade histórica dos grupos marginalizados. Além disso, nos oferece uma diversidade de práticas educativas ancestrais que transgridem o currículo eurocêntrico.

Diante dos apontamentos colocados, objetivamos, especificamente, apresentar concepções acerca da tradição oral de base africana; discutir a finalidade política e pedagógica dos mitos para sociedades africanas antigas e como estes se relacionam com nossas demandas teórico-metodológicas para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica.

Realizamos uma pesquisa qualitativa por se tratar da educação como campo de estudos, tendo por procedimentos a pesquisa bibliográfica com base em estudos sobre a tradição oral, utilizando como principais fontes, Amadou Hampatê Bâ (2003; 2010), Joseph Ki-Zerbo

(2010), Nwankwo Martins (2012), além de fontes relacionadas ao ensino de africanidades no Brasil, tais como Petronilha Silva, Nilma Gomes e Kabenguele Munanga.

Como afirma Amaduo Hampatê Bá (2010), a escrita e a oralidade não são elementos opostos. Há uma completude, principalmente no que concerne aos significados sociais. Portanto, compreender a tradição oral enquanto elemento político e pedagógico é debater relações de poder, racismo, antirracismo e educação.

A memória como suporte da história

A ciência positivista não considera a memória uma fonte segura para validação da história. Ao considerar a história apenas os registros escritos, silenciavam outras dinâmicas sociais. Como uma das estratégias utilizadas, os postulados do filósofo George Hegel no século XIX afirmavam que o continente africano não detinha de técnicas de registros escritos e que por isso seus habitantes não poderiam ser considerados seres humanos, visto que nesse entendimento um ser histórico seria aquele que registra sua história de forma escrita. Esta interpretação serviu de base para pesquisas lineares e eurocêntricas para justificar a história enquanto coleta e esquematização de fatos baseados em causas e consequências validados através da pesquisa escrita (KI-ZERBO, 2010; MEIHY, 2002; FERREIRA, FERNANDES E ALBERTI, 2000).

O reconhecimento e ideia aceitos de que a literatura africana moderna nasce a partir da introdução da escrita em África pelos europeus levou a uma curiosa dicotomia no discurso crítico: a escrita é europeia, a oralidade é africana. E aquilo que é um fenômeno acidental passa a ser encarado como um fenômeno essencial. Ou seja, a "natureza" cultural africana é oral; são os europeus que vieram perturbar este estado "natural" e adâmico (LEITE, 2004, p. 15).

A história tem uma importância grandiosa enquanto ciência na esquematização de fatos e dados coletados por especialistas externos à realidade investigada e reunidos em documentos escritos. Mas, é na memória coletiva que conseguimos testemunhar acontecimentos do passado de forma reflexiva, valorizando o conflito de ideias presente no diálogo dos agentes sociais. O presente não se opõe ao passado, quer dizer: na história linear as gerações abrem e fecham períodos, enquanto que na memória coletiva, as gerações dialogam e se ressignificam num permanente encontro entre o passado e presente.

Para Bosi (1979, p. 24), “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares”. A memória coletiva de determinada sociedade sobrevive porque existem muitas memórias coletivas que se coletivizam ao longo do tempo. A história é viva e os fatos e personagens importantes são rememorados não apenas por quem os vivenciou, mas por aqueles que os ouviram com detalhes que os levaram para lá. São estas memórias e suas reconstruções permanentes que transformam a realidade quando reagem, analisam, debatem e produzem novos significados ao vivido. A criança, por sua vez, participa desta dialética e se constrói enquanto ser social.

Para Halbwach (2003, p. 81):

A criança já não está mais encerrada em si mesma, pois seu pensamento agora domina perspectivas inteiramente novas, e onde ela sabe muito bem que não está só em passear seus olhares; entretanto, ela não saiu de si e, para se abrir a essas séries de pensamentos que são comuns aos membros do seu grupo, não é obrigada a esvaziar seu espírito, porque em algum aspecto e sob alguma relação, essas novas preocupações voltadas para fora sempre interessam o que chamamos aqui de homem interior, ou seja: elas não são inteiramente estranhas à nossa vida pessoal.

A aproximação da criança nas vivências dos mais velhos contribui sobremaneira para este aprendizado ancestral, rompendo conceitos racistas e fortalecendo a identidade da criança negra. A relação criança/idoso remete a outra realidade mesmo que distante cronologicamente, mas próxima por possuírem modos de ser e ver o mundo que se diferenciam do mundo contemporâneo. São estes modos de ser e pensar dos(as) idosos(as) que se fixam na memória da criança que a relaciona em seu inconsciente com seu próprio modo de ser e pensar.

África e tradição oral

Ao questionar a história imposta pretendemos problematizá-la no entendimento desta história enquanto silenciadora e alienante na constituição das sociedades. Além disso, esta problemática reconhece a memória coletiva como subsídio para compreensão dos conflitos e construções sociais onde a tradição oral ganha papel de destaque como instrumento organizativo e definidor de características sociais em cada grupo.

De acordo com Vansina (2010), é um erro considerar a ausência da escrita uma ausência de habilidade social. A oralidade é elemento basilar da representação coletiva e preservação histórica dos povos africanos e diaspóricos, possuindo como principais características o verbalismo e os elementos culturais. Diferente da escrita, uma transmissão oral pode ser revista e recontada ou até mesmo contextualizada com elementos atuais. Nestas características é possível um mesmo fato ser contado de formas diferentes, pois, além de narrar, envolvemos elementos culturais para seu enaltecimento e envolvimento com o ouvinte. Além disso, o tempo para a transmissão oral é relativo, pois é medido pelas gerações, ou seja, vai de acordo com a genealogia de cada família a que o(a) oralista está vinculado(a).

Como exemplo destas formas de oralidade temos os conteúdos definidos como fórmula que estão ligados a oralistas responsáveis em transmitir ensinamentos sobre as ervas medicinais, tecelagem, metalurgia, entre outros conhecimentos fixos. Estes possuem variações na forma de transmissão, mas não alteram seu conteúdo para manutenção da aprendizagem a qual se destina. Também encontramos as epopeias, que por sua vez, são estabelecidas com base em uma história vivida e observada pelo(a) oralista. Este(a) possui liberdade para criar o enredo, sem perder de vista o propósito de enaltecer determinada figura na história da família ou do povo, como as epopeias de Sundiata Keita, grande líder do povo Manden (Império Mali), estabelecidas e contadas por seu oralista (VANSINA, 2010).

Nwankwo Uchenna Martins (2012) complementa que a tradição oral faz parte de uma definição mais ampla do que se entende por oralidade africana que tem a memória como

fonte, contudo possui caráter organizativo e direcionado de acordo com o propósito de determinado momento no grupo. A tradição oral, de forma interdisciplinar, integra cultura, história, arte, filosofia, literatura e outras áreas do conhecimento em busca de entendimento dos acontecimentos históricos e da natureza.

Neste caráter organizativo, podemos encontrar rituais, mitos, trajetórias, cronologias e regras sociais que se associam à manutenção da organicidade de determinado grupo. Por isso que o estudo acerca das culturas africanas perpassa pelo entendimento dos sentidos da tradição oral ali apresentada que, para além de uma interpretação pessoal e indireta, precisa se relacionar com os sentidos dados pela comunidade à determinada tradição.

Partimos do pressuposto defendido por Ki-Zerbo (2010) que trata da interdisciplinaridade das fontes nas pesquisas em história da África para o entendimento da dinâmica da produção histórica da memória coletiva. As primeiras publicações escritas relacionadas à história africana coletadas da tradição oral de diversos povos foram registradas pela Associação Cultural Africana em sua revista *Presença Africana* no ano de 1947. A pesquisa sobre as histórias e culturas de sociedades africanas necessita ser interdisciplinar diante da sua diversidade de organização histórica e cultural. Além disso, as fontes se complementam, se contrapondo a uma alienação ou isolamento de determinada história.

Em poucas palavras, a tradição oral não é apenas uma fonte que se aceita por falta de outra melhor e à qual nos resignamos por desespero de causa. É uma fonte integral, cuja metodologia já se encontra bem estabelecida e que confere à história do continente africano uma notável originalidade (KI-ZERBO, 2010, p. 53).

Desta forma, é possível utilizar este mesmo pensamento para definir os instrumentos e fontes de pesquisa para grupos culturais afro-brasileiros que trazem em sua matriz a convergência com esta diversidade e complementariedade ancestral africana. Também é possível fazer uso desta tradição oral como procedimento metodológico para ensino de história e cultura africana e afro-brasileira a partir do reconhecimento, interpretação, ressignificação e análise dos rituais, mitos, explicações sobre a natureza entre outros conteúdos presentes na tradição oral dos diversos povos africanos.

Outra característica da tradição oral é a presença de uma pessoa responsável em guardar e compartilhar tais tradições. Por exemplo, trazemos o contexto do Mali, apresentado nas obras de Amadou Hampatê Bâ que expõe, de forma didática, elementos característicos da tradição oral Fula, grupo étnico a qual pertenceu, além de apresentar características de grupos vizinhos como os Dogon e Bambara.

O interessante em trazer a posição de Bâ para este debate é que sua pesquisa e sua forma de exposição demonstra a dinamicidade do continente, mesmo fazendo um recorte do seu próprio território, além do apelo científico dado aos registros, principalmente no que concerne à historiografia. Apoiado por Diop, Bâ nos põe a refletir acerca da concepção de tradição oral africana enquanto formativa e interdisciplinar.

Bâ (2010) considera viva a história do continente africano. Diz ainda que havia pessoas responsáveis em transmitir a memória do grupo antes do período mercantilista. Na tradição fula, estes são os(as) tradicionalistas, que devem transferir a história com veracidade, sempre reverenciando os que lhe antecederam nos ensinamentos. Em Bambara, são chamados Doma ou Soma, os conhecedores dos ofícios (ferreiros, tecelões etc.). Também encontramos no Mali

títulos como Komo, Kore, Nama, Do, Diarrawara, Nya, Nyaworole etc., que detêm o conhecimento histórico e científico de seu povo tendo a responsabilidade de repassá-lo a seus iniciantes.

Existem também aqueles(as) que transmitem a palavra de forma lúdica e romântica, adaptando as verdades ditas pelos Doma, Koma e demais tradicionalistas de conteúdo fixo estabelecido. Estes(as), fazendo uso das formas livres de oralidade, possuem o intuito de entreter, mas também de ensinar e fazer circular informações históricas ou concepções morais. São viajantes artistas das palavras, os Dieles, as Dielemusso (Djeliw no plural) ou Woloso que na língua malinqué é a forma simplificada do provérbio *I DyaAlulai* (Faça tudo para sempre unir o sangue). Estes termos foram generalizados pelo francês *griot* (homens oralistas) ou *griotte* (mulheres oralistas) e, posteriormente, pelo português griô para ambos os gêneros.

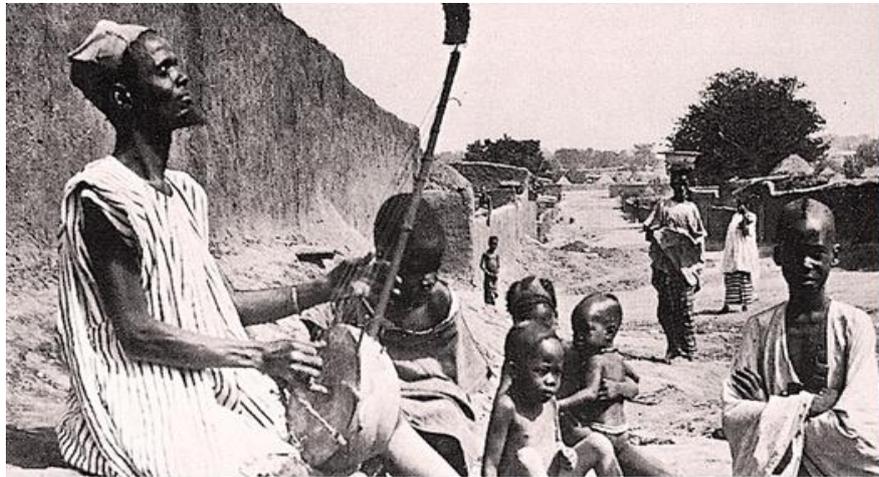


Figura 01: Griô malinqué
Fonte: BÂ, Amadou Hampaté (2010)

Os termos griot/griote e griô foram popularizados em alguns países africanos e na diáspora, simbolizando pessoas responsáveis pela tradição oral de determinada comunidade, especialmente aqueles e aquelas que atuam na forma livre e artística da oralidade. Há diversas hipóteses para o surgimento destes termos populares em debates que atravessam a interculturalidade, as relações comerciais intercontinentais, a escravização interna e o processo de colonização europeia.

Apresentaremos duas dessas hipóteses a título de entendimento sobre essa variação. Alguns autores atribuem a origem dos termos griot/griote e griô a um título originário do próprio continente africano nas relações culturais e econômicas entre povos distintos. Gnawa é o título dado aos músicos subsaarianos escravizados no Marrocos que cantavam a travessia sobre o Saara e as histórias que encontravam pelo caminho, além das suas próprias histórias do território de origem. Mas, ao se tornarem mulçumanos, inseriram na sua prática os cânticos religiosos ligados à cura do espírito (KAPCHAN, 2008). Nesse contato ao longo das viagens, deixavam suas marcas sendo comparados com os especialistas locais.

Outra hipótese para o surgimento do termo *griot* vem da colonização e da marginalização das tradições africanas, quando árabes e europeus compreenderam que tais pessoas fazendo

uso da palavra para entreter ou mediar diálogos eram meros criados ou escravos. Na epopeia em louvor ao chefe dos mandingas, Sundiata Keita, encontramos um diálogo entre dois oralistas iniciantes que explicam esta construção linguística. Vejamos:

Explicarei melhor. O “criado” foi a-fran-ce-sa-do. Eu gosto de imaginar um português das antigas falando criado, com aquele sotaque próprio. Não fica mais ou menos assim: criôdo, criôdo?

– E imaginar um francês escutando criôdo e tentando repetir o mesmo som, a palavra criôdo?

– Ora, até hoje o som da sílaba “cri” na língua francesa não é como no português. O “cri” vira “gri”. Então criôdo ficou afrancesado e virou griôdo.

-- E aí, quando precisaram escrever para o rei deles, escreveram conforme ouviram.

– É, e ficou assim: griot.

– Então, Hassane, quer dizer que a palavra griô não existia na antiga língua francesa e que sua origem pode estar numa palavra da antiga língua portuguesa?

– Pois é. Então sabemos como acaba essa história, Pâté. Séculos se passaram, e um português voltou, ouviu e foi escrever, em português, a palavra francesa griot. Aí ele aportuguesou o jeito de escrever e ficou “griô” (LIMA E HERNANDEZ, 2010, p. 11).

Santos (2015b) analisa o uso desses termos na diáspora através da comparação com a palavra negro/negra ao longo da história do Brasil. O autor reflete que as palavras negro e negra, antes estavam relacionadas à negação da humanidade afro-brasileira, ligadas às características depreciativas empregadas. Na década de 1970, a partir da criação do Teatro Negro, foram revistas de forma positiva no intuito de fortalecimento identitário e da formação de uma consciência negra. Ser negro e negra no Brasil passou a ser refletido pelos(as) próprios(as) negros(as) que assumiram uma nova transcrição para este termo. Desta mesma forma, um termo forjado no colonialismo europeu no continente africano para significar criado ou escravo foi reformulado e ressignificado com novo sentido e novas grafias.

Nogueira (2019) chama nossa atenção para este debate e a importância de utilizar o termo, mesmo com toda essa discussão inconclusa, pois, o uso dos termos *griot* e *griotte* não generaliza, mas sim, valoriza uma herança ancestral vinda do continente africano, positivando e reafirmando sua identidade enquanto historiadores, genealogistas, músicos e cientistas que fazem uso da tradição oral há séculos em suas comunidades.

O uso da grafia griô, além de ser forjado em língua portuguesa, se refere tanto para o masculino quanto para o feminino nas literaturas de referência (o griô, a griô, a oralidade griô). Isto não quer dizer que devemos generalizar as culturas e tradições africanas difundidas pelos(as) oralistas, mas ressignificar um termo, dialogando com a diáspora e seus sentidos sem perder de vista os termos ou títulos designados nas culturas a serem estudadas de forma específica.

No Brasil, com a valorização da oralidade afro-brasileira e africana a partir da Resolução 001/2004¹ que define as Diretrizes Curriculares para a Educação para as Relações Étnico-Raciais como um dos instrumentos para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana, os termos *griot/griotte* e *griô* passaram a ser difundidos em pesquisas sobre mestres e mestras dos saberes populares no Brasil.



Figura 02: Festa do Divino Espírito Santo na comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos/Itapecuru/MA (2017)

Fonte: Hernando Cunha. <https://bit.ly/3bPwRBZ>

A historicidade africana, após o processo de roedura do território e escravização de seus povos, se mantém viva diante da habilidade desses(as) especialistas da tradição oral. Os mitos eurocêntricos que fundamentaram o processo escravista e a subordinação colonial dos territórios africanos foram forjados na tentativa de aniquilação da concepção de humanidade. Contudo, a tradição oral desses povos salvaguardou culturas e identidades preservando assim a memória coletiva. Podemos encontrar esta relação entre tradição oral e memória africana aqui no Brasil nas comunidades quilombolas e nos terreiros, por exemplo.



Figura 03: Menina no tambor de crioula. Comunidade rural do Taim/São Luís

Fonte: Hernando Cunha. <https://bit.ly/2HwAbUE>

¹ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>

A partir de uma perspectiva intercultural esta tradição oral de base africana se encontra com tradições indígenas em um processo de ressignificação em prol da luta por território e sobrevivência de seu povo. São estes elementos presentes nos grupos culturais resistentes afro-brasileiros que também devem estar presentes no currículo da educação básica.

A tradição oral no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica

Bâ (2003, p. 13), sobre sua infância, conta que: “éramos treinados a observar, olhar e escutar com tanta atenção, que todo acontecimento se inscrevia em nossa memória como em cera virgem. Tudo lá estava nos menores detalhes”. Por este motivo, para o ensino da História e cultura afro-brasileira e africana, a prática da oralidade de base africana ou oralidade griô é a que mais se aproxima da educação para crianças, visto que neste momento a ludicidade contextualiza a formação de sua individualidade. E, a repetição da mesma história passa a fazer farte do repertório pedagógico, pois, ao ser recontada, sempre ganha novos elementos subjetivos ou materiais por quem a conta em uma construção constante de conhecimento. Ao brincar com a palavra através desta oralidade, temos a possibilidade de enaltecer elementos históricos e culturais distorcidos e silenciados pelo racismo. A forma como a história é contada, trabalha a nossa subjetividade diante de nossa própria construção, seja criança ou adulto. Por conseguinte, desperta nos(as) professores(as) a sua própria ancestralidade, assumindo o desafio de utilizar a educação como instrumento de transformação social (BÂ, 2010; MUNANGA, 2005).

Munanga (2005) afirma que a maior dificuldade para que professores e professoras assumam uma postura crítica diante da educação para as relações étnico-raciais é a falta de referenciais para si mesmos(as). A construção ou reconstrução identitária perpassa pela formação inicial e continuada dos professores e das professoras que irão planejar a educação básica.

Temos no Brasil mais de 50% da população se identificando como negros (pretos/pardos), segundo dados do IBGE. A educação básica, em especial a educação pública, faz parte desse cenário nos apontando que tanto profissionais quanto estudantes compõem esta população. Neste sentido, para que o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira ocorra nas escolas de forma qualitativa e transformadora, atendendo a Lei nº 10.639/2003² e as orientações da Resolução nº 01/2004 que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, precisa valorizar e qualificar ainda na formação inicial, os e as profissionais que irão atuar na escola básica.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira (BRASIL, 2004a) determinam como providências para os sistemas e instituições de ensino a articulação com movimentos sociais e organismos de pesquisa da temática, visando o apoio sistemático aos professores em sua

² Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=LEI%20n%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.

formação inicial e continuada em torno dos conteúdos orientados pelo documento, bem como a socialização de experiências educativas e materiais didáticos na perspectiva da aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003.

Para a prática pedagógica no seio das instituições, as Diretrizes tecem orientações sobre conteúdos, metodologias e materiais didáticos. Dentre estas, trazemos:

Em História da África, tratada em perspectiva positiva, não só de denúncia da miséria e discriminações que atingem o continente, nos tópicos pertinentes se fará articuladamente com a história dos afrodescendentes no Brasil e serão abordados temas relativos: – ao papel dos anciãos e dos griots como guardiões da memória histórica; – à história da ancestralidade e religiosidade africana; – aos núbios e aos egípcios, como civilizações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da humanidade; – às civilizações e organizações políticas pré-coloniais, como os reinos do Mali, do Congo e do Zimbábue; – ao tráfico e à escravidão do ponto de vista dos escravizados; – ao papel de europeus, de asiáticos e também de africanos no tráfico; – à ocupação colonial na perspectiva dos africanos; – às lutas pela independência política dos países africanos; – às ações em prol da união africana em nossos dias, bem como o papel da União Africana, para tanto; – às relações entre as culturas e as histórias dos povos do continente africano e os da diáspora; – à formação compulsória da diáspora, vida e existência cultural e histórica dos africanos e seus descendentes fora da África; – à diversidade da diáspora, hoje, nas Américas, Caribe, Europa, Ásia; – aos acordos políticos, econômicos, educacionais e culturais entre África, Brasil e outros países da diáspora (BRASIL, 2004, p.21-22).

Sobre a formação inicial e continuada de professores(as), é importante destacar as determinações das Diretrizes que tratam da:

Introdução, nos cursos de formação de professores e de outros profissionais da educação: de análises das relações sociais e raciais no Brasil; de conceitos e de suas bases teóricas, tais como racismo, discriminações, intolerância, preconceito, estereótipo, raça, etnia, cultura, classe social, diversidade, diferença, multiculturalismo; de práticas pedagógicas, de materiais e de textos didáticos, na perspectiva da reeducação das relações étnico-raciais e do ensino e aprendizagem da História e Cultura dos Afro-brasileiros e dos Africanos (BRASIL, 2004, p. 23).

Portanto, a oralidade como objeto de estudo compõe o corpo de determinações legais e reivindicações históricas em torno da construção de uma educação antirracista e que deve fazer parte da formação inicial e continuada docente.

A tradição oral enquanto procedimento metodológico na educação básica deve levar em conta os elementos que a caracterizam como a intencionalidade, a contextualização e a interdisciplinaridade, em especial, na educação de crianças que necessitam de um referencial identitário para a constituição da sua individualidade. A prática pedagógica que faz uso de mitos africanos, da musicalidade, do entendimento do corpo enquanto elemento sagrado e da própria natureza como sagrada, bem como a relação de conteúdos das diversas áreas do conhecimento a cultura de povos africanos e a quilombos brasileiros além de aproximar

realidades, dialoga com tempos e espaços de aprendizagem onde a tradição serve de veículo e a oralidade se torna tradição ao repartir todo conhecimento com quem está ao redor. Petronilha Beatriz Silva (2015, p. 166-167) dialoga neste sentido afirmando que:

A educação das crianças negras é responsabilidade de todos os negros. Responsabilidade essa sustentada tanto pela herança africana, lida e relida, feita e refeita no seio das famílias consanguíneas e afetivas, no âmbito da comunidade negra, nos propósitos e iniciativas do Movimento Negro. Quanto mais se observa e conhece em profundidade o Mundo Africano, nas suas diversas manifestações e enraizamentos, mais se descobre e compreende nosso pertencimento étnico-racial de negros e mais firmeza sentimos para compreender e dialogar com outros universos.

Além disso, ao usar a tradição oral africana em sala de aula, devemos ter o entendimento que se trata de uma ação antirracista, anticolonialista carregada de símbolos identitários para negros e não negros a propor um diálogo intercultural. De acordo com Nilma Nilo Gomes (2012, p. 105):

A mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação anti-racista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afrobrasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um “outro”, conquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala.

Para Candau (2000) e Gomes (2012), a educação é uma prática social que articula a prática educativa e as políticas educacionais de equidade de direitos. Deve questionar o etnocentrismo e todas as formas de opressão, além de fazer do currículo, um instrumento de superação dos conceitos discriminatórios. Ao apresentar os conteúdos referentes à História e cultura afro-brasileira e africana respeitando as concepções de mundo das diversas culturas, bem como as raízes das demais culturas que formam o povo brasileiro, temos a possibilidade de não apenas reparar um dano histórico, mas também, colaborar para o rompimento de paradigmas que engessam o currículo escolar.

Considerações finais

Lembramos que nossa escrita está intimamente ligada à nossa prática enquanto professora dos Anos Iniciais da Educação Básica e militante do movimento negro. Nesta nossa escrivência percebemos na realidade escolar os diversos desafios impostos para que este ensino aconteça na prática. No entanto, o grande número de pesquisas especializadas na área, profissionais que reformulam suas práticas em várias regiões do Brasil, além das políticas públicas como a Lei de Cotas para o ensino superior e a criação da Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros na Universidade Federal do

Maranhão, sendo o primeiro curso da área no Brasil, são exemplos de práticas que fortalecem essa conquista histórica.

As contribuições aqui apresentadas poderão fazer parte das formações e planejamentos a fim de relacionar a história e cultura afro-brasileira e africana na construção histórico-social numa perspectiva intercultural como a oralidade de base africana possibilita. Do mesmo modo, nos faz perceber que a individualidade se constrói no coletivo, numa visão que promove a apropriação dos conhecimentos marginalizados e silenciados do currículo, assim como a reconstrução de conceitos sobre si, sobre o outro e sobre a sua participação na construção histórica da sociedade.

Consideramos que ensinar história e cultura africana tem a ver com a busca pela ancestralidade silenciada pelo racismo, assim como entendemos que ensinar história e cultura afro-brasileira é valorizar a herança ancestral mantendo firme a resistência e a busca pela emancipação humana.

Referências Bibliográficas

BÂ, Amadou Hampaté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). **História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África**. São Paulo/SP: Ática/UNESCO, 2010. pp.181-218.

BÂ, Amadou Hampaté. **Ankoullel**. O menino fula. trad. Xina Smith de Vasconcellos. São Paulo/SP: Casa das Áfricas; Palas Athena, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Tao, 1979

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana**. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno: Brasília/DF. 2004

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República. 2003.

CANDAU, Vera Maria. (Org.). **Reinventar a escola**. 4ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000

DUARTE, Newton. **A individualidade para - si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo**. Coleção educação contemporânea. Campinas/SP: Autores Associados, 1993

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. IN: SCHNEIDER, Liane; MOREIRA, Nadilza Martins de Barros (orgs.). **Mulheres no Mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. 2ª ed. João Pessoa: Editora CCTA, 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena. (orgs.).

História Oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro/RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2000

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, jan/abr 2012a.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. Beatriz Sidou, São Paulo/SP: Centauro, 2003

KAPCHAN, Deborah. **The Festive Sacred and the Fetish of Trance**, Gradhiva, 2008.

KI-ZERBO, Joseph (Org.). **História Geral da África I.** Metodologia e pré-história da África. São Paulo/SP: Ática/UNESCO, 2010.

LEITE, Ana Amélia. **Oralidades e escritas na literatura africana.** 2ª ed. Edições Colibri: Lisboa/PT, 2014.

LIMA, Heloísa Pires; HERNANDEZ, Leila Leite. **Toques do griô.** Ilustrações de KaneakiTada. São Paulo/SP: Melhoramentos, 2010.

MARTINS, Nwankwo Uchenna. The Position of Oral Tradition (Myths, Mythology and Legends) in **Historical Records.** 2012 International Conference on Humanity, History and Society. Singapura: LACSIT Press, IPEDR vol.34, 2012.

MEIHI, João Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2002.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola.** 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NOGUEIRA, Renato. Antes de saber para onde vai, é preciso saber quem você é'1: tecnologia griot, filosofia e educação. **Problemata: R. Intern. Fil.** V. 10. n. 2 (2019).

SANTOS, Toni Edson Costa. Negros pingos nos "is": djeli na África ocidental; griô como transcrição; e oralidade como um possível pilar da cena negra. **Urdimento.** Florianópolis/SC, v.1, n.24, p157-173, jul 2015b.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Revista Educação.** Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p 489-506, set./dez, 2007.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). **História Geral da África I.** Metodologia e pré-história da África. São Paulo, Ed. Ática/UNESCO, 2010.